

OS MUROS DENTRO DOS MUROS: UM OLHAR A PARTIR DAS MOBILIZAÇÕES PRÓ E CONTRA A ENTRADA OSTENSIVA DA POLÍCIA MILITAR EM UM CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Nayara Alexandra Rodrigues da Silva, Wilker Araújo de Melo

Este estudo surgiu a partir da vivência de discentes da graduação e da pós-graduação em meio a contextos de discussão sobre questões de segurança no Campus AC Simões da Universidade Federal de Alagoas. O assunto veio à tona com mais visibilidade no dia a dia da universidade após um episódio de assalto em um dos blocos do Campus. É de conhecimento de todos que a Polícia Militar – PM tem livre acesso a qualquer instituição, no entanto o episódio violento levantou na comunidade acadêmica a necessidade de se pensar conjuntamente propostas para garantir mais segurança ao se transitar nas dependências da universidade, e a possibilidade de instalação de uma base fixa da polícia militar foi uma das medidas levantadas por um dos polos dessa discussão. As tensões causadas por esse episódio, revelaram uma lacuna que permeava o imaginário acadêmico, mas que em poucos outros momentos tinha se materializado em pautas de discussão: A existência de muros ideológicos mais densos que o concreto que edifica a universidade, que existem e que ainda separam estudantes, docentes, técnicos e profissionais terceirizados que coabitam o mesmo espaço geográfico, mas se encontram distanciados em meio a suas subjetividades e vivências. De um lado, estudantes das áreas de engenharias e tecnologias (local onde houve o assalto) propuseram medidas imediatas de aumento do policiamento ostensivo dentro do campus e criação de mais muros ao redor dos terrenos para se restringir o acesso da comunidade vizinha. Um outro polo da discussão, formado em sua maioria por participantes de movimentos sociais e do movimento estudantil levantava questões referentes a insegurança para alguns grupos específicos, que a abordagem militarizada representa, e defendiam o ponto de vista que a universidade deve garantir livre acesso a toda a comunidade, por ser pública e por estar inserida na mesma. Este artigo não se compromete a ser neutro, pois a neutralidade em determinados contextos não é coerente, mas tampouco vai se destinar a crítica direta de um polo da discussão ou de outro. O que essa movimentação possibilitou de mais relevante para o contexto daquele Campus foi o escancaramento de olhos e olhares sobre questões invisibilizadas pela comunidade acadêmica, a “palpabilidade” de que fato discentes/docentes/profissionais de uma mesma instituição vivenciam a universidade de maneiras totalmente diferenciadas a partir do seu próprio local de fala e de tantos outros processos violentos que alguns grupos de estudantes estão mais sujeitos do que outros a sofrerem. O lugar de fala dos estudantes que exigiam da reitoria o “cercamento” do Campus (estudantes de cursos elitizados da universidade, em sua maioria de pele de cor branca, oriundo da classe média e classe média alta) revelava a realidade de uma universidade que apesar de se propor a reproduzir um universo de diversidade e conhecimento, ainda não consegue que demandas como racismo, racismo institucional, luta de classes e intervenções violentas da PM aos corpos negros e periféricos sejam tabela de discussão em todos os cursos, seja por meio de eventos, movimentos ou principalmente pela existência de disciplinas transversais a todas as graduações que aborde tais temáticas, ou ainda a ampla circulação de projetos e iniciativas originadas na universidade que avancem em relação a inserção da comunidade circunvizinha, onde a mesma não seja só objeto de estudo, mas sim parte construtora do espaço acadêmico, estreitando os laços entre o “letrado o e o popular”. O momento de tensão culminou com reuniões extraordinárias do Conselho Universitário (CONSUNI) órgão de maior poder deliberativo na universidade, onde ambos os lados colocaram suas preposições e justificativas para suas reivindicações. Mais importante do que se elegerem vitoriosos e perdedores, pois esse não era o caso, já que se tratavam de decisões pensadas em prol do bem-estar de toda a comunidade acadêmica e também a comunidade vizinha que circula por lá livremente, é se refletir sobre a oportunidade de discussão que foi criada naquele momento: Levar para uma reunião do CONSUNI, que por sinal foi coberta em várias mídias e redes sociais, assuntos como Racismo e racismo institucional, militarização e higiene social, ao meu ver enquanto vivente daquele momento, parece ser mais importante do que a urgência de intervenção policial ostensiva em uma realidade que não é “bolha” e que portanto reflete a as experiências perpassadas na periferia onde está assentada. Na verdade, parece ingênuo, pouco efetivo e passível a controvérsias, que as ações de segurança para um Campus Universitário sejam deixadas a rigor de uma força policial militarizada, tendo em vista que a própria unidade tem artifícios, planejamentos e pessoal para executar sua política de segurança. Novamente, “no frigir dos ovos”, as mobilizações foram espaços riquíssimos onde

vozes nunca antes ouvidas (ou sempre silenciadas) gritaram o temor de terem seus corpos violados em nome da segurança pública, ou onde vozes que naturalmente já tem seu espaço assegurado revelaram seus próprios medos e inseguranças após um episódio de violência, e assim “botaram na roda” da universidade antigos assuntos, de nomes conhecidos, mais que os significados e expressões foram por anos maquiados e escondidos dos espaços de convívio e de conversa do dia-a-dia acadêmico.

Palavras-chave: Segurança Pública. Racismo. Universidade